

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.01.2020

Colaboração entre o Governo e a população na prevenção e controlo de doenças transmissíveis

Nos últimos meses, os Serviços de Saúde têm trabalhado muito na prevenção e controlo da saúde pública, e facultaram, no dia 10 de Dezembro de 2019, a todos os cidadãos, a vacinação gratuita contra a gripe. Face à pneumonia de origem desconhecida em Wuhan, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura reagiu de imediato, e criou um grupo de trabalho interdepartamental, que já se reuniu duas vezes para iniciar diversos trabalhos. Assim, o nível de alerta foi elevado para o grau III (grave); foram instalados equipamentos de medição de temperatura nos postos fronteiriços marítimos, terrestres e aéreos, e efectivada a aferição da temperatura dos passageiros dos voos de Wuhan; foi instalada a monitorização da temperatura nos acessos e nas entradas principais dos casinos; foi criada uma página electrónica para divulgação atempada das informações sobre a situação epidémica, e foi enviado pessoal especializado para se inteirar da epidemia em Wuhan. Estas acções têm um papel positivo na prevenção e controlo dos surtos epidémicos, o que merece o nosso reconhecimento.

Neste momento, não se registou em Macau nenhum caso confirmado de pneumonia de Wuhan, e todos os 13 casos suspeitos são infecções por vírus de gripe ou constipação. A pneumonia de Wuhan e a gripe são doenças respiratórias transmissíveis com características semelhantes, que não podem ser subestimadas. A par disso, Macau encontra-se no período de pico da gripe no Inverno. De acordo com as informações monitorizadas, no Serviço de Urgência dos dois principais hospitais de Macau, a proporção do número de utentes por motivo da gripe aumentou quase 10 por cento, no caso dos adultos, e 20 por cento, no das crianças, em comparação com as quatro semanas anteriores. Daí se vê que é preciso ainda prestar atenção ao trabalho de prevenção e controlo da gripe.

Sendo Macau uma cidade turística, a mobilidade das pessoas é grande. Com a aproximação do Ano Novo Lunar, prevê-se que Macau receba 1,13 milhões de visitantes. Macau é uma cidade pequena com alta densidade populacional, e é frequente a circulação de pessoas e bens com o exterior, o que aumenta certamente os riscos de transmissão mútua de doenças transmissíveis. Tendo em conta o surto de pneumonia em Wuhan, com a “possibilidade limitada de transmissão entre seres humanos”, não existe ainda um método de tratamento específico, e, estando a gripe numa fase activa, os trabalhos de prevenção e tratamento de doenças transmissíveis do Governo e dos cidadãos não podem ser relaxados. Pelo exposto, sugiro que se continue a reforçar os seguintes 4 trabalhos:

1. Reforço da monitorização da temperatura corporal e da divulgação sobre a prevenção da epidemia nos postos fronteiriços, prevenindo rigorosamente os casos de transmissão importada. Para além dessa monitorização com infravermelhos, em caso de agravamento da epidemia, deve considerar-se de novo o preenchimento de impressos de saúde pelos visitantes e a divulgação de informações sobre a prevenção nos postos fronteiriços de Macau, e a elaboração de orientações de saúde para os turistas. Para os visitantes tomarem conhecimento e se prepararem para a prevenção, deve disponibilizar-se máscaras, quando necessário.

2. Reforçar a divulgação da vacinação contra a gripe e os trabalhos de limpeza das zonas comunitária, e prevenir surtos nessas zonas. Em Macau, 82% dos doentes nos casos de gripe não foram vacinados. Como se pode ver, a vacinação é um ponto importante nos trabalhos de prevenção da gripe. Assim, sugiro que a Administração colabore com as associações cívicas, desenvolva trabalhos de divulgação, crie nas associações canais para as pessoas serem vacinadas. Os centros de saúde devem alertar os utentes para a necessidade de se submeterem à vacinação contra a gripe. Mais, devem reforçar os trabalhos de desinfectação nas zonas comunitárias, bem como apelar à população para prestar atenção à higiene pessoal para prevenir doenças.

3. Reforçar o apoio ao pessoal da linha da frente, prevenindo a propagação da gripe no hospital. Deve, conforme a situação, haver empenho na optimização da colocação do pessoal nas grandes festividades ou nos feriados, e destacar mais trabalhadores, para aliviar a pressão de trabalho. Há que aperfeiçoar as orientações sobre a protecção e os trabalhos preparatórios, para evitar infecções cruzadas. Mais, há que coordenar bem os serviços de transferência dos casos nas instituições médicas, públicas e privadas, durante o período do ano novo chinês, reduzindo o tempo de espera para consulta.

4. Reforçar a divulgação imediata de informações, prevenir rumores que podem provocar pânico e lidar com os rumores falsos que circulam na sociedade. Deve ser reforçada a cooperação com as associações, recorrendo-se à força das mesmas para aumentar o âmbito de divulgação das informações sobre a prevenção da gripe, de modo a reduzir os riscos de ocorrer pânico social.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.01.2020

Recentemente, registou-se uma explosão, seguida de um grande incêndio, numa fábrica química no porto de Gaolan, em Zhuhai. Não houve mortos nem feridos, e não se verificou qualquer anormalidade dos indicadores da monitorização ambiental. Segundo as previsões da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG), o fumo provocado pela explosão não vai afectar directamente Macau, porém, este incêndio veio despertar a atenção para a segurança no armazenamento e gestão de substâncias perigosas.

Macau é uma cidade pequena e populosa, onde as substâncias perigosas se “espalham” pelos bairros comunitários, constituindo um grande risco para a vida e para a segurança dos residentes. Já se registaram várias explosões de produtos perigosos, por exemplo, em 2003 no armazém ilegal de produtos perigosos na Ilha Verde; em 2011, num estabelecimento de comidas do Centro Internacional de Macau, devido a uma fuga de gás butano; em 2015, explosão seguida de incêndio num estaleiro de obras na Rua Seis do Bairro da Areia Preta, onde estavam depositados materiais de construção e baterias usadas; e em 2018, uma explosão de gás de petróleo liquefeito numa loja de comidas no Edifício Pak Lei. Todos estes acidentes continuam frescos na memória das pessoas. É de salientar que, ao longo destes anos, os problemas de armazenamento e gestão de substâncias perigosas ainda não foram eficazmente resolvidos, e os respectivos diplomas legais incluem a revisão do Regulamento de Segurança Contra Incêndios e o regime jurídico de gestão uniformizada de substâncias perigosas, que ainda não foram concluídos. Mais, continua sem data a deslocação do armazém provisório de combustíveis da Ilha Verde e o depósito de combustíveis na Rua Seis do Bairro da Areia Preta, que são duas grandes bombas, e continua por decidir o local onde vão ser construídos os depósitos provisório e permanente de substâncias perigosas.

De facto, em 2016, o Chefe do Executivo proferiu um despacho para a criação do “Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Revisão e Optimização do Regime de Substâncias Perigosas de Macau”, composto por representantes de 24 serviços e coordenado pelo Secretário para a Segurança. Posteriormente, no início de 2017, foi definido um plano de trabalho de curto, médio e longo prazo para a revisão do regime de substâncias perigosas, com vista a eliminar os riscos de segurança nas diversas zonas. Assim, espera-se que o Governo continue a implementar o plano de trabalho e a aperfeiçoar o regime jurídico de gestão de substâncias perigosas, para a rigorosa regulamentação e gestão dessas substâncias. O Regulamento de Segurança contra Incêndios já está em vigor há mais de 20 anos, por isso, o Governo deve proceder, quanto antes, à sua revisão, atribuindo ao Corpo de Bombeiros o poder de aplicação da lei e de sanções. O Governo deve estudar a revisão do Regulamento Administrativo n.º 30 / 2002 (Regulamento Técnico das Instalações de Abastecimento de Gás Canalizado em Edifícios), no sentido de regulamentar a instalação de detectores de fuga de gás, exigindo aos estabelecimentos de restauração a instalação desses detectores. É

necessário reforçar a divulgação na sociedade sobre a utilização de fogões com dispositivo para corte automático do gás, e melhorar a educação sobre a prevenção contra incêndios e a evacuação, para melhor garantir a segurança dos cidadãos.

Além disso, os armazéns intermediários de combustíveis da Ilha Verde já são provisórios há muitos anos. O Governo planeia mudá-los para a ilha artificial Zhuhai-Macau, sob a jurisdição de Macau, mas não há uma calendarização, portanto, exorto o Governo a arranjar, quanto antes, um local na tal ilha e a definir a calendarização para a mudança dos armazéns de combustíveis e de substâncias perigosas, dando prioridade à segurança da vida e dos bens dos residentes. No que respeita aos armazéns de substâncias perigosas, o Governo já definiu, há anos, um plano para a sua colocação provisória em duas localidades diferentes de Coloane. O plano está na fase de avaliação do impacto ambiental e conta com a oposição dos residentes, que receiam que a situação dos armazéns intermediários de combustíveis da Ilha Verde se repita, portanto, esperam que o Governo esclareça, quanto antes, a questão, e reforce a comunicação com os diferentes serviços, sectores e organizações, na emissão atempada de informações detalhadas e na implementação da construção do armazém definitivo de substâncias perigosas na zona E1 dos Novos Aterros Urbanos, garantindo, nas mais variadas vertentes, a segurança da gestão dos armazéns e do transporte de substâncias perigosas e resolvendo a questão relativa à armazenagem de substâncias perigosas em edifícios industriais.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.01.2020

Há que estudar, quanto antes, uma proposta de aperfeiçoamento do regime das aplicações do fundo de previdência central não obrigatório

De acordo com os dados do Fundo de Segurança Social (FSS), até finais de Setembro do ano passado, 196 empregadores aderiram ao plano conjunto de previdência central não obrigatório, com mais de 70 por cento a aderir ao regime de forma articulada, e, quanto aos restantes, mais de 20 por cento criaram, pela primeira vez, uma garantia de aposentação para os seus trabalhadores, o que demonstra que o regime contribui para alargar e aperfeiçoar a rede de protecção na aposentação.

É de salientar que o regime de gestão das contribuições do regime de previdência central é um elemento nuclear. O resultado da rendibilidade das aplicações e a razoabilidade das taxas a cobrar têm implicações directas nas garantias de aposentação dos participantes, e são também factores importantes para a sua vontade de aderir ou não ao regime. Assim, o Governo, para além de incentivar as empresas e os trabalhadores a aderirem ao regime de previdência central, deve também estudar, o mais cedo possível, uma proposta de aperfeiçoamento do regime das aplicações.

A RAEHK já implementou o regime de previdência obrigatório há 20 anos, por isso, nos últimos anos, a resolução do problema da elevada cobrança do fundo de previdência obrigatório e das dificuldades na escolha do fundo tem sido ponderada activamente. Ao mesmo tempo, exige-se que todos os projectos do fundo de previdência tenham uma “estratégia predefinida de investimento”, para garantir soluções mais razoáveis para os participantes. A proposta de investimento predefinido vai reduzir automaticamente o risco de investimento à medida que os membros atingem a idade de aposentação, para evitar perdas significativas quando estiverem perto da aposentação; e estabelecer o limite máximo das taxas de gestão e adoptar a estratégia de descentralização do mercado global. Os participantes podem escolher propostas predefinidas. Se não houver nenhuma instrução de investimento, o fiduciário fará, automaticamente, a gestão do fundo de previdência obrigatório de acordo com essas propostas.

Pode-se ver que, para proporcionar melhores garantias de aposentação aos participantes, no estabelecimento das normas de gestão de investimentos e de retribuição, é necessário assegurar que os residentes façam uma escolha adequada. De acordo com a página electrónica do Fundo de Segurança Social, há 7 entidades gestoras de fundos que participam no regime, com 41 itens de

aplicação das contribuições. A taxa de cobrança mais baixa dos fundos em 2018 foi de 0,11 por cento, e a taxa máxima, de 2,69 por cento. Mas o desempenho acumulado dos fundos é muito diferente, pois a taxa de retorno acumulada dos fundos criados há mais de 5 anos é de apenas 0,02 por cento, e houve até fundos com números negativos, um desempenho que não é ideal.

Segundo o FSS, em Macau o nível de cobrança dos fundos de pensões é mais baixo do que em Hong Kong, e já foi criada uma plataforma central de informações para divulgar as taxas e o nível de retribuição, e, através da transparência da informação e do mecanismo de concorrência livre do mercado, alcançar os objectivos de reduzir o nível de cobrança de tarifas e aumentar a rendibilidade. Segundo o actual regime de previdência central não obrigatório, a entidade gestora dos fundos é escolhida pelo empregador, portanto, os trabalhadores só podem escolher os projectos de investimento por este oferecido, mesmo que o desempenho de alguns fundos não seja satisfatório, isto é, não têm o direito de opção. Segundo as experiências do exterior, muitos participantes preferem investimentos mais conservadores, e, provavelmente, a taxa de retorno é pior. Assim, para além de tomar como referência as experiências das “estratégias de investimento predefinidas” de outras regiões, as autoridades devem ponderar incluir nos instrumentos de aplicação, um item denominado “gestão efectuada pelo Governo”, não apenas para escolha dos contribuintes, mas também para promover a oferta de produtos mais atractivos, contribuindo, assim, para manter as taxas de gestão em níveis razoáveis.

Por outro lado, estabelece-se que, ao fim de três anos de vigência da lei, é necessário proceder à revisão do referido regime, nomeadamente, para ver se estão reunidas as condições para a sua aplicação obrigatória. Mas as autoridades podem iniciar, o mais cedo possível, os respectivos estudos, analisando as experiências de outras regiões, etc., especialmente, o regime vigente não contém uma disposição sobre as contribuições específicas para “trabalho a tempo parcial”; e o facto de o trabalhador, ao completar 3 anos de serviço, só receber a respectiva proporção de reversão de direitos, faz com o trabalhador despedido sem justa causa no prazo de 3 anos não tenha direito a receber qualquer verba do fundo de previdência, o que não é benéfico, portanto, é necessário proceder a uma revisão, a fim de aperfeiçoar todo o regime e reforçar a garantia de vida pós-aposentação dos residentes.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 20.01.2020

Promover relações laborais harmoniosas

Na cerimónia do 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria e da tomada de posse do quinto governo da RAEM, o Presidente Xi Jinping expressou, no seu discurso, 4 esperanças para Macau, e a 4.^a é continuar a manter a tolerância e a integração sociais e promover a estabilidade e harmonia da sociedade. A harmonia e a estabilidade são importantes para garantir a manutenção da prosperidade e a continuação da política “Um País, Dois Sistemas”.

A harmonia da sociedade passa pela harmonia em todas as relações sociais, por exemplo, relações laborais, polícia-população, paciente-médico. Estas relações constituem a sociedade, completando-se mutuamente. As relações laborais são das mais importantes e fundamentais, pois enquanto relações “endógenas” das empresas, influenciam as relações “exógenas”, e vice-versa. Por palavras mais simples, a harmonia nas relações laborais contribui para a harmonia das outras relações sociais.

A harmonia social pressupõe uma relação laboral harmoniosa, portanto, há que dar grande importância à criação desta relação, a qual, até ao momento, continua a enfrentar alguns obstáculos, por exemplo, a promoção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores é lenta, não há Lei sindical nem regime de negociação colectiva, e o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) não consegue produzir plenamente os devidos efeitos. Tudo isto tem condicionado a criação eficaz da relação laboral harmoniosa. Assim sendo, interpelei várias vezes o Governo sobre as medidas que vai lançar para o efeito, e este afirmou que cabia à Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional rever e estudar o assunto, e que esta estava a estudar as questões fundamentais relativas à relação social moderna, as características desta relação em Macau e a definição das respectivas políticas e, atendendo às mudanças e aos desafios decorrentes da construção da Grande Baía, ia continuar a aprofundar os respectivos estudos, cujos resultados iam ser divulgados após a conclusão dos mesmos e no momento apropriado. Passaram-se dois anos, mas os resultados ainda não foram divulgados, o que leva a população a duvidar da sinceridade do Governo quanto à criação de uma relação laboral harmoniosa.

É de salientar que o referido Conselho é um elemento chave para a criação de relações laborais harmoniosas, desempenhando um papel importante nesta matéria. No entanto, os resultados do seu trabalho nos últimos anos não foram satisfatórios, pois a discussão de muitas questões sociais foi sendo arrastada, o que impediu que se desse mais um passo na salvaguarda dos direitos e interesses laborais. Este órgão coordenador e consultivo, composto por três partes, laboral, patronal e governo, e especialmente referido na Lei Básica, não conseguiu desempenhar plenamente as suas funções. Isto deveu-se a questões jurídicas ou à sua atitude na aplicação da lei? A resposta é clara.

Na cerimónia do 70.º aniversário da criação da Federação das Associações dos Operários e da tomada de posse dos seus órgãos directivos, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia desenvolver plenamente as funções daquele Conselho, para promover a harmonia nas relações de trabalho e salvaguardar a estabilidade e a harmonia social. Se assim for, estou contente e espero ver resultados. Os governantes devem ouvir e aprender mais, por isso, espero que o Governo ouça mais as opiniões da população sobre as acções governativas, questionando-a sobre as suas necessidades e sobre como podem ser satisfeitas, valorizando e promovendo a harmonia nas relações de trabalho, aperfeiçoando as leis laborais e o mecanismo de trabalho do Conselho em causa, para elevar, para níveis razoáveis, a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores e aumentar a eficiência dos trabalhos deste Conselho. Espero ainda que o Governo acelere o estudo sobre a harmonia nas relações de trabalho e divulgue, oportunamente, os respectivos resultados, para que a promoção da referida harmonia tenha fundamento e se concretize de forma estável.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 20.01.2020

O Governo tem alocado, nestes últimos anos, largas somas em empresas de capitais públicos, em fundos autónomos e no arrendamento de imóveis, mas como esses fundos públicos são geridos de forma autonomizada e não centralizada, não estão sujeitos a procedimentos rigorosos de autorização e a mecanismos de fiscalização, por falta de regulamentação e duma lei específica.

Existem em Macau 23 empresas de capitais públicos, e cada uma delas tem sucursais e filiais. Até 2020, o valor envolvido nas injeções de capital e nos orçamentos soma quase 15 mil milhões de patacas. O público nada sabe sobre a exploração e funcionamento dessas empresas e fundos, nem se os mesmos conseguem alcançar os benefícios socioeconómicos previstos. Existem ainda 21 fundos autónomos, sem contar com os 5 organismos específicos, tais como Fundo de Segurança Social e Fundo de Pensões, com gastos anuais superiores a 7 mil milhões de patacas. No que respeita ao imobiliário, o Governo dispõe de muitos bens imóveis e arrenda uma grande quantidade de imóveis ao sector privado, as despesas com as rendas ultrapassam 1,2 mil milhões de patacas. A fiscalização desse arrendamento cabe à Direcção dos Serviços de Finanças, todavia, devido às limitações de competências, não lhe cabe fiscalizar os organismos autónomos, o que constitui uma lacuna na gestão do património.

Segundo o novo Chefe do Executivo, há necessidade de legislar para reforçar a fiscalização do investimento de capitais públicos. Em finais do ano passado, logo após a mudança de mandato do Governo, foi criado o Gabinete para o Planeamento da Supervisão dos Activos Públicos, com o objectivo de rever o regime de fiscalização dos activos públicos de Macau, promover os respectivos trabalhos de produção legislativa e acompanhar as medidas de aperfeiçoamento. Concordo com isto, mas, olhando para o despacho do Chefe do Executivo, podemos verificar que o Gabinete não tem poderes legais, e sem estes poderes e sem base legal, o Gabinete dificilmente consegue exercer uma fiscalização eficaz sobre os bens públicos das tutelas dos respectivos secretariados e serviços, e até sobre os bens transfronteiriços. Por exemplo, o Governo planeia implementar, no próximo mês, as orientações sobre a divulgação de informações das empresas públicas, mas como as empresas de capitais públicos se regem apenas pelo Código Comercial e o seu pessoal não está sujeito às regras do Estatuto dos Trabalhadores da Função Pública, duvida-se que o Governo consiga aplicar medidas restritivas ou sancionar as empresas que violem ou não sigam as referidas instruções.

Assim, exorto o Governo a legislar, quanto antes, sobre a fiscalização das empresas e dos fundos de capitais públicos, bem como a definir métodos próprios para a gestão de activos públicos (ex. bens imóveis), a fim de o Gabinete para o Planeamento da Supervisão dos Activos Públicos da RAEM (GPSAP) e os

demais serviços fiscalizadores poderem dispor de instrumentos legais para o exercício das suas funções e competências, assegurando, assim, a boa aplicação do erário público. O Governo está a planear implementar, no próximo mês, as orientações sobre a divulgação de informações pelas empresas públicas. Entendo que, para além da transparência das informações, deve ainda definir orientações sobre o funcionamento dessas empresas, incluindo nomeadamente o plano financeiro, gestão de pessoal, aquisições, investimentos de capital e lucros retidos. Quanto ao pessoal de chefia ou superior, o Governo deve estabelecer normas de ética profissional, com vista a evitar arbitrariedades ou omissões, salvaguardando o interesse público.

Nos termos da lei vigente, compete ao Comissariado de Auditoria proceder à auditoria dos bens do domínio público. Assim, espero que o Comissariado, no âmbito das suas competências, proceda a auditorias específicas ou de resultados sobre os bens públicos, a fim de dar a conhecer à sociedade a situação e a eficácia dessas empresas, fundos e bens imóveis. Essas auditorias podem ainda ser aproveitadas pelo Gabinete de Supervisão dos Activos Públicos para servir de base às análises e estudos.

IAOD da Deputada Chan Hong em 20.01.2020

Aprofundamento do ensino de história

Tradicionalmente, o nosso país sempre tem dado elevada importância ao ensino de história. Segundo o pensador contemporâneo Ren Jiyu, “a ciência da história está relacionada com a sobrevivência do país” e “determina a glória e o crepúsculo do País, bem como a prosperidade e o declínio da nação”, daí ser necessário prestar atenção a essa ciência e ao seu ensino. De facto, o seu ensino alarga os horizontes das pessoas, promove o pensamento e o conhecimento de si próprio e eleva as qualidades humanas. Mais, reforça a consciência nacional, promove a união de forças para o desenvolvimento e contribui para a continuação da história e da civilização. Assim, é explícita a importância do ensino de história.

Durante a estada em Macau, no dia 19 de Dezembro do ano passado, o Presidente Xi Jinping apelou à transmissão da cultura chinesa e ao ensino da história. O Presidente salientou que o patriotismo é a base sólida política e social para a concretização com sucesso do princípio “Um País, Dois Sistemas”, sendo necessário conhecer bem a história... para aprender conhecimentos históricos exactos e completos, estabelecendo uma visão correcta da história. Esta é a responsabilidade que tem de ser assumida pelos nossos serviços de educação e pelas escolas. As instruções do Presidente foram dadas ao nível do desenvolvimento histórico e da implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas”, apresentando exigências claras a toda a RAEM, nomeadamente ao sector do ensino. Em pleno cumprimento das orientações do Presidente, terá de haver empenho no ensino da história, na transmissão da herança e na divulgação da excelente cultura tradicional chinesa, para o espírito de amor pela Pátria e por Macau passar de geração em geração, na promoção do desenvolvimento do empreendimento “Um País, Dois Sistemas”, o que é uma responsabilidade de cada parte interessada na educação e, com o esforço conjunto do Governo da RAEM e de todos os sectores sociais, esta missão sagrada pode ser bem cumprida.

Neste momento, 93 por cento das escolas utilizam o material didáctico de história do ensino secundário compilado pela DSEJ e pela Editora da Educação Popular, que foi bem acolhido pelos docentes. Para haver um profundo desenvolvimento da educação nacional e patriótica, é preciso um esforço conjunto entre o Governo e os docentes de história da linha da frente. Sugere-se que o Governo continue a organizar mais cursos de formação profissional para esses docentes, sobre a compreensão dos novos materiais didácticos, a inovação dos métodos de ensino de história e o aumento da literacia geral. Com base na “Viagem Patriótica” e no “Programa Mil Talentos”, deve organizar mais visitas de estudo ao Interior da China para os docentes e alunos de diferentes escolas, permitindo-lhes conhecer a fundo os grandes sucessos e as tendências de desenvolvimento do País, e reforçando o sentimento de amor à Pátria e a Macau. Mais, as actividades históricas e culturais organizadas pelos serviços públicos e

associações cívicas são muito diversificadas e com características próprias. Mas, para evitar a sobreposição de recursos, o Governo deve fazer a devida coordenação, para que as actividades surtam melhores efeitos.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 20.01.2020

Segundo o “Relatório sobre a política de quadros qualificados, a habitação e o emprego 2019”, divulgado recentemente no Interior da China, mais de cem cidades lançaram, no ano passado, a política de quadros qualificados, a maior parte delas atribuiu subsídios para solucionar os problemas habitacionais, e muitas delas até concederam subsídios superiores a 1 milhão. As regiões vizinhas, tais como Zhuhai, Cantão e Shenzhen, lançaram várias medidas para atrair talentos, por exemplo, disponibilizaram capital para a criação de negócios, planos de incentivo, direito a residência, facilidades de entrada e saída, estudos dos filhos e benefícios fiscais; e Hong Kong também promoveu o “Plano de entrada de talentos da área da tecnologia”. Olhando para Macau, há muito tempo que faltam quadros qualificados nos diversos sectores de actividade, o que constitui um obstáculo para o desenvolvimento.

Segundo o Chefe do Executivo Ho Iat Seng, “promover a diversificação adequada das indústrias é o caminho que Macau tem de seguir, e a política de talentos é muito relevante para atrair talentos que consigam promover a diversificação económica”. É certo que a participação na construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e da Grande Baía, a criação do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, da “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e da cidade inteligente, e o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias, exigem muitos quadros qualificados, incluindo bilingues nas áreas financeira, jurídica e contabilística, e também os talentos necessários para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e para a participação na construção do Corredor Inovador Tecnológico. Todavia, Macau é demasiado conservador no que respeita à captação de quadros qualificados e de elites, e continuam a faltar políticas e medidas para o efeito. Mais, a sociedade fica de pé atrás em relação aos quadros qualificados estrangeiros, pois sempre que se fala da sua importação, pensa na importação de trabalhadores não residentes, e tem a sensação de que os estrangeiros vêm até cá para partilhar dos seus lucros, atitude que em nada contribui para o desenvolvimento a longo prazo da sociedade.

O Governo deve clarificar, quanto antes, a definição de “talento”, e analisar, de forma científica, de que tipo de talentos é que Macau necessita. Proponho que se aprenda com as regiões vizinhas, e em articulação com o rumo de desenvolvimento de Macau, se crie, quanto antes um regime transparente de avaliação e pontuação para os talentos. Ao mesmo tempo, o Governo deve fazer bem os trabalhos de divulgação das políticas na sociedade, apontando claramente que a introdução dos talentos necessários tem um grande efeito impulsionador no desenvolvimento social, com vista a aliviar as preocupações da sociedade.

Macau está a enfrentar grandes oportunidades de desenvolvimento, tais como a construção da Grande Baía, e também uma forte disputa de talentos entre as

regiões e a procura de talentos em diferentes áreas pela sociedade, durante o processo do seu desenvolvimento. Assim, o Governo deve acelerar o passo e, em articulação com o posicionamento estratégico de Macau, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento económico, e seguindo dois caminhos em paralelo, isto é, a formação local e a introdução de talentos, acelerar a elaboração das políticas de talentos adequadas à sociedade de Macau, para elevar a qualidade dos recursos humanos, criar uma cadeia industrial diversificada, impulsionar a diversificação adequada da economia, apoiar a integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional e concretizar o desenvolvimento win-win.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 20.01.2020

Ao longo dos 20 anos desde o retorno de Macau à Pátria, o modelo de desenvolvimento liderado pela indústria do jogo e do turismo contribuiu para a rápida expansão da dimensão da economia, e o grande salto da sociedade. Porém, em resultado da disparidade de recursos, as PME têm de concorrer com as grandes empresas, em predominância, enfrentando dificuldades na criação e manutenção do negócio. Apesar do apoio contínuo do Governo, nomeadamente no financiamento e nos impostos, os problemas da falta de recursos humanos, das rendas elevadas e do mercado limitado persistem por resolver, e o ambiente de negócios tem de ser melhorado urgentemente.

De acordo com os dados mais recentes, a taxa de desemprego de Macau é de 1,7 por cento e a de subemprego, de 0,5 por cento, representando uma situação de pleno emprego. Como se sabe, em termos do nível salarial e dos benefícios, as PME não rivalizam com as grandes empresas, portanto, têm dificuldades na contratação ou manutenção dos trabalhadores locais. Assim, o funcionamento das PME tem de depender da importação de trabalhadores não residentes, o que implica um procedimento de autorização demorado. Mais, como os recursos humanos já constituem uma questão política, quando se fala da liberalização da importação, há logo oposição, impossibilitando a discussão, portanto, nem vale a pena falar do consenso da sociedade.

Neste momento, a economia mundial enfrenta uma pressão descendente e, depois do ano novo chinês, as PME têm de enfrentar a pressão de um aumento salarial. Nos diversos sectores diz-se que “agora o aumento salarial não depende dos lucros das empresas, nem do desempenho dos seus trabalhadores. É a quantidade de cartas de demissão na mesa do patrão que decide”. Este ambiente comercial impede a sobrevivência das PME e afecta o ritmo de desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

A filosofia governativa do novo Chefe do Executivo consiste na inovação e no apoio ao desenvolvimento das PME. Segundo o Secretário do Governo, Lei Wai Nong, “como as micro, pequenas e médias empresas representam mais de 90% do total das empresas, e sendo as mesmas a oferecer 40% dos postos de trabalho no mercado, esse grupo de empresas é crucial. Assim, assegurar a estabilidade económica significa assegurar a estabilidade do desenvolvimento das PME”. Todos os sectores da sociedade têm grandes expectativas em relação a isto.

Assim, espero que o Governo da RAEM preste a devida atenção à resolução do problema da falta de recursos humanos nas PME. No pressuposto da garantia prioritária do emprego dos trabalhadores locais, o Governo deve proceder a estudos científicos para determinar a situação geral do mercado laboral de Macau, acelerando, de forma pragmática, a apreciação dos pedidos de importação de mão-de-obra e apoiando o desenvolvimento das PME. Ao mesmo tempo, o Governo deve empenhar-se na criação de um bom ambiente de negócios, com

(Tradução)

vista a proporcionar às PME oportunidades de desenvolvimento diversificado. O Governo deve definir medidas eficazes de apoio para incentivar estas empresas a elevar a sua competitividade, promovendo o desenvolvimento diversificado e sustentável da economia e da sociedade de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 20.01.2020

Reforçar as acções de formação das artes culinárias para consolidar a marca de cidade gastronómica

Desde que Macau entrou, em 2017, na lista de cidade criativa da UNESCO em gastronomia, o Governo tem vindo a empenhar-se na promoção dos diversos projectos de criação da “cidade gastronómica”. De entre os projectos, figura o plano de apoio para a redefinição das lojas tradicionais e marcas de produtos. No último ano, o primeiro grupo de 12 estabelecimentos acabou por ser classificado como lojas tradicionais, contribuindo para transmitir e inovar a sua exploração, o que enriquece o seu conteúdo cultural e ainda tira proveito das oportunidades de negócios da nova era. Na verdade, não poucos cozinheiros de Macau obtiveram excelentes resultados no palco internacional. Seis operadores de restauração obtiveram uma condecoração, na cerimónia organizada anualmente pela Associação de Chefes de Culinária da Ásia–Pacífico para condecorar os líderes da restauração. Trata-se dum novo recorde. Pelos vistos, a marca de “cidade de gastronomia” está gradualmente a suscitar a atenção da sociedade internacional, graças à capacidade e competência dos operadores da restauração.

Mas o salário praticado no sector para a categoria de ingresso é baixo, a diferença salarial para igual categoria dentro do sector é grande, os cargos superiores e intermédios são desempenhados, essencialmente, por trabalhadores não residentes, e a promoção é difícil. Como resolver estas questões para atrair os jovens interessados em singrar nesse sector, é uma questão que tem sempre causado dores de cabeça às duas partes, patronato e operariado. Criou-se uma excelente marca, mas falta ainda um empurrão para a puxar, um obstáculo que em nada beneficia a criação e desenvolvimento de longo prazo. Assim sendo, proponho:

1. Enriquecer a formação de talentos e as formas de investimento. Sugere-se ao Governo que reforce a atracção de mestres experientes para ensinarem e que incentive os jovens a ingressar na profissão de cozinheiro e, tal como acontece na “transmissão da arte”, promover a “difusão de conhecimentos culinários”. Através de políticas de criação de subsídios, o Governo pode permitir que os velhos mestres ensinem os aprendizes, incentivando estes a criar o seu negócio após os estudos, e ainda atribuir prémios às pessoas de sucesso e aos velhos mestres, para promover o desenvolvimento conjunto de antigos e novos estabelecimentos, melhorando as condições de emprego dos trabalhadores, resolver dificuldades, como altos custos com pessoal e baixos salários iniciais no sector da restauração, e reforçar a base de planeamento de talentos, para a cidade gastronómica de Macau passar de geração em geração.

2. Contar boas histórias sobre os nossos cozinheiros e cozinhas famosas. Os restaurantes de Macau com origem nas marcas francesas ou italianas com estrelas Michelin foram criados e explorados por patrões que se formaram desde aprendiz até obterem o título de cozinheiro “chefe”. É uma realidade que corresponde absolutamente ao espírito de inovação e empreendedorismo que defendemos. Sugiro ao Governo que promova a história dos nossos chefes de cozinha Michelin e dos da classe “Master”, e as perspectivas do sector de cozinheiro, para os interessados poderem conhecer o rumo de desenvolvimento e as oportunidades de ascensão profissional. Isto contribui para a imagem de Macau, enquanto cidade gastronómica, se tornar mais viva e animada, e ainda permite aos jovens saber que “o sucesso não é fruto da sorte, mas, sim, dos esforços envidados”.

3. Elevar a imagem do sector da restauração. Para além do reconhecimento internacional da marca Michelin e da criação de marcas tradicionais, sugere-se ao Governo que reforce a imagem da gastronomia e a criatividade gastronómica. Veja-se o exemplo da comida japonesa de classe “B”: não tem ingredientes de alta qualidade, mas é saborosa e com preços acessíveis, e, após vários anos de desenvolvimento e de utilização de ingredientes locais, através de um concurso nacional, esta classe tornou-se num guia gastronómico muito procurado pela população e turistas. Com vista a enriquecer os elementos relacionados com a restauração, disponibilizando gastronomia a preços altos, médios e baixos, e elevando o respectivo conhecimento, sugiro que se tome como referência as experiências do Interior da China e do exterior, e que se dê mais atenção aos micro e pequenos estabelecimentos de restauração, para promover a diversificação enquanto cidade gastronómica.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.01.2020

Apelo à definição duma calendarização do plano sobre as substâncias perigosas, com vista a uma boa fiscalização legislativa a partir da fonte

Há dias, ocorreu uma grave explosão numa fábrica química de Zhuhai. As chamas chegaram ao céu, e os operários que se encontravam nas proximidades fugiram, atabalhoadamente, do local. Felizmente, o local da explosão fica longe da cidade, e, com o resgate dos bombeiros, o incêndio foi controlado, sem ter causado feridos, o que é a “melhor sorte do azar”. Em Macau, como os recursos de solos são limitados, os armazéns de produtos perigosos ficam perto das habitações, portanto, em caso de acidente, a segurança da vida e do património dos moradores fica gravemente ameaçada, o que faz com que os moradores andem sempre com uma “bomba-relógio” às costas.

Segundo recentes afirmações do Governo, os armazéns intermediários temporários de combustíveis da Ilha Verde vão ser deslocados para a Ilha artificial Zhuhai-Macau, enquanto os armazéns temporários em Coloane vão ser instalados perto da Rua Marginal da Concórdia. Mais, será também criado um armazém de substâncias perigosas a oeste da Zona E1 dos Novos Aterros, com vista à gestão uniformizada das substâncias perigosas. Contudo, ainda não foi definida a nova localização dos armazéns intermediários temporários de combustíveis da Ilha Verde. Relativamente aos armazéns temporários de substâncias perigosas em Coloane, como a devida avaliação de impacto ambiental ainda não foi adjudicada, é difícil iniciar os trabalhos da sua mudança. Já no caso da Zona E1 dos Novos Aterros, não há novidades.

Com a conclusão das obras do Posto Fronteiriço Qingmao e dos vários projectos no bairro da Ilha Verde, o fluxo de pessoas e veículos vai aumentar, por isso, é premente mudar o depósito intermediário temporário de combustíveis. O Governo deve responder, quanto antes, às exigências dos moradores, divulgar o calendário dessa mudança, acelerar a construção de armazéns permanentes de produtos perigosos na Zona E1 dos novos aterros e estudar a construção de um depósito intermediário permanente de combustíveis na ilha artificial junto de Zhuhai e Macau, acabando assim com as preocupações dos moradores.

Com o objectivo de reforçar a importância da regulamentação e gestão de produtos perigosos, em 2016 o Governo criou o Grupo de Trabalho Interdepartamental para Revisão e Optimização de Regime de Substâncias Perigosas de Macau e em 2017 definiu o plano de trabalho de curto, médio e longo prazo para a revisão do regime sobre produtos perigosos. Porém, a implementação deste plano resultou apenas na criação de uma base de dados sobre produtos perigosos, o que não serve para resolver a situação caótica decorrente do depósito de produtos perigosos em diversos prédios industriais em Macau e a alta taxa de incidentes.

Com o crescimento da população e o rápido desenvolvimento da economia surgiram mais bairros comunitários densamente povoados. Solicito ao Governo que conclua, quanto antes, a proposta de lei sobre a gestão de produtos perigosos e químicos, regulamentando, com rigor, a gestão e centralização desses produtos. Há que aproveitar a revisão do Regulamento de segurança contra incêndios para racionalizar as atribuições e reforçar, de acordo com a lei, a fiscalização sobre a importação, armazenamento e utilização de produtos perigosos.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 20.01.2020

Envidar todos os esforços na cooperação Zhuhai-Macau para desenvolver a Ilha de Hengqin

O quinto Governo da RAEM, sob a liderança do Chefe do Executivo Ho Iat Seng, está a iniciar, de forma gradual e ordenada, os novos trabalhos. A sociedade deposita grandes expectativas na nova equipa, que deverá, tendo por base o desenvolvimento dos últimos 20 anos e sob o desígnio “sinergias e avanço, mudanças e inovação”, diversificar a estrutura industrial e elevar a qualidade de vida da população, de modo a que Macau se desenvolva e ascenda a um novo patamar. Perante o novo rumo de desenvolvimento e as novas expectativas, o Governo não parou nem um minuto desde a sua posse, nem teve nenhum período de lua-de-mel. Visitou de imediato Guangdong e Zhuhai para planear a cooperação Guangdong-Macau e a cooperação Zhuhai-Macau, nomeadamente na interligação e coordenação das infra-estruturas, e o resultado é o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior, parado há quatro anos, poder voltar a funcionar antes do Ano Novo Lunar, o que contribuiu para promover, ainda mais, o desenvolvimento das duas regiões. Acredita-se que a população está ciente e apoia fortemente essas acções verdadeiramente benéficas.

Olhando para o passado, o desenvolvimento, a economia e a vida da população de Macau foram limitados e afectados pela insuficiência de terrenos. Hoje, com o grande apoio do País, o Governo da RAEM conseguiu obter autorização do Governo Central para a construção de 361 hectares de novos aterros, e recuperou muitos terrenos desaproveitados; e mais, com o carinho do Presidente Xi Jinping, a Ilha de Hengqin, em Zhuhai, veio criar um enorme espaço de desenvolvimento para Macau. Sob estas condições favoráveis, o novo Governo deve empenhar-se na maximização das vantagens dos dois sistemas, colocar-se no novo ponto de partida da história e envidar todos os esforços para promover a integração de Macau no desenvolvimento nacional. Macau e Zhuhai devem empenhar-se no desenvolvimento conjunto do novo capítulo da Ilha de Hengqin, em prol do desenvolvimento de Macau e do bem-estar da população.

O Governo tem promovido a cooperação Zhuhai-Macau no âmbito do desenvolvimento de Hengqin, especialmente na construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa em Macau, e tem incentivado os jovens e as empresas para trabalharem e a investirem em Hengqin, a fim de promover o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau e alargar o espaço de desenvolvimento dos jovens. No entanto, o processo de desenvolvimento de Hengqin continua a ser lento, devido às diferenças dos regimes das duas regiões, afectando a confiança dos residentes de Macau, e

como também existem diferenças nas informações, os residentes perdem a vontade de trabalhar e investir em Hengqin. A cooperação Zhuhai-Macau na exploração de Hengqin constitui uma força motriz para o desenvolvimento de Macau, assim, o novo Governo deve fazer um balanço sério da experiência de cooperação do passado e adoptar novos modelos de cooperação baseados num novo pensamento de abertura e empreendedorismo, reforçando a integração e o desenvolvimento das indústrias, discutindo ideias e partilhando os resultados do novo desenvolvimento económico.

Assim sendo, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Os dois sistemas são a maior vantagem para o desenvolvimento de Macau, e também um factor que promove e garante o seu desenvolvimento. No entanto, no que respeita à exploração conjunta da Ilha de Hengqin, as diferenças entre os dois sistemas são a razão do lento desenvolvimento registado, por isso, só com a harmonização entre regimes e mecanismos é que se pode aumentar a confiança dos residentes no desenvolvimento da referida Ilha, e impulsionar o desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo. Há dias, o Interior da China revelou, em primeira mão, que a cooperação entre a Ilha de Hengqin e Macau vai ser renovada, criando-se uma nova instituição que vai ser administrada em conjunto. Este mecanismo inovador contribui para estreitar a cooperação entre os dois lados, favorecendo a comunicação e a troca de informações e facilitando o desenvolvimento de ambas partes. Perante isto, o Governo tem de aperfeiçoar os mecanismos internos, especialmente no que diz respeito à ligação com o Interior da China, procurando obter mais “dividendos” em termos dos regimes, para minimizar as diferenças entre os dois lados da fronteira, impulsionar o desenvolvimento, e, conseqüentemente, aumentar o espaço de desenvolvimento de Macau.

2. A diversificação das indústrias tem sido uma prioridade para Macau. Nos últimos anos, o Governo tem planeado activamente o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições, das indústrias culturais e criativas, da medicina tradicional chinesa, da inovação científica e tecnológica, e do sector financeiro com características próprias. Tem sempre procurado um espaço de desenvolvimento para essas indústrias, no entanto, os investimentos têm sido dispersos devido à desconcentração das indústrias, acabando por enfraquecer o desenvolvimento e desacelerar a diversificação sectorial da economia. Por isso, o Governo tem de encontrar, entre as diversas indústrias, o posicionamento exacto de desenvolvimento, tendo em vista o seu impulsionamento adequado, para que outras indústrias possam também ser desenvolvidas, promovendo, assim, o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 20.01.2020

É melhor “dar carvão quente a alguém na neve” do que “pôr uma cereja no topo do bolo”

Segundo as notícias, “... o Instituto para os Assuntos Municipais afirma que o orçamento das luzes decorativas para este ano é de cerca de 7,7 milhões, um aumento de 24 por cento face ao ano passado, devido ao aumento dos tipos de luzes e do preço de adjudicação. Como o Ano Novo Chinês chega mais cedo este ano, é mais apertado o tempo para a sua produção”.

Segundo alguns residentes, com o aproximar do Ano Novo Chinês, o Governo está a instalar luzes decorativas nas diversas zonas, criando assim uma atmosfera festiva para os residentes e os turistas, o que é bom! Mas, como o Governo já sabia há muito tempo qual a data do Ano Novo Chinês para este ano, então, porque não antecipou a realização do concurso e os seus preparativos? Agora, houve um aumento do respectivo orçamento, devido à subida do preço da adjudicação e ao apertar do tempo para a produção de luzes. Mais, a economia local, afectada por factores externos complexos, tende a apresentar decréscimo, e os trabalhos prioritários do Governo no âmbito da protecção ambiental são a conservação energética e a redução de emissões, então, porque é que o Governo aumentou ainda 24 por cento do orçamento para aumentar os tipos de luzes? Parece que as explicações do Governo não reflectem a ideia governativa de uso razoável do erário público, e os residentes consideram que os trabalhos interserviços não se articulam com as políticas da protecção ambiental.

Assim, alguns cidadãos sugerem que sejam investidos mais recursos para se fazer mais coisas benéficas para a população, em vez de se aumentar o orçamento para as decorações de iluminação de festa. Por exemplo, nas ruas das residências do bairro lao Hon, existe muita água residual e lixo, e os ratos e mosquitos aparecem em todo o lado, por isso o ambiente é mau. Espero que o Governo resolva a situação até à chegada do Ano Novo Lunar, porque, há dias, a nossa equipa voltou a visitar os idosos e as famílias mais fragilizadas do bairro lao Hon, e uma idosa, com 95 anos, que vive sozinha, revelou-nos que precisa de ajuda dos familiares e amigos para deitar fora o lixo, senão, o lixo acumulado atrai os ratos e mosquitos para a casa, por isso, espera que o Governo melhore, o mais rápido possível, o ambiente sanitário do seu bairro, realizando a limpeza do lixo e o desentupimento da rede de drenagem. Resolver os problemas sanitários é melhor do que aumentar o orçamento para adquirir mais decorações de iluminação festiva, e só assim é possível permitir à população ter um Ano Novo Chinês agradável. Quanto à questão da higiene, os cidadãos estão preocupados com a recente pneumonia. A responsável pelos Assuntos Sociais e Cultura tomou a iniciativa de enfrentar a situação, realizando várias reuniões e lançando medidas detalhadas de protecção, o que merece elogio! Mas o problema sanitário também deve ser resolvido. Assim, a longo prazo, é necessário haver uma colaboração entre a população e o Governo, e este tem de realizar acções de sensibilização

periódicas nos bairros comunitários. Os cidadãos também precisam de cumprir a sua missão, não sujando e prestando atenção à higiene ambiental, pois só assim é que conseguem ter uma vida confortável!

Essa idosa também apontou que tem dificuldade para subir e descer as escadas no edifício de cinco pisos, por isso, espera que o Governo tome medidas especiais para que possa viver numa habitação pública com elevadores, melhorando a sua qualidade de vida. De facto, ainda existem muitos casos semelhantes nos bairros antigos, por isso, espero que o Governo crie um mecanismo específico para resolver este problema, compensando o contributo dos idosos para a sociedade durante a sua juventude, e permitindo-lhes ter uma velhice tranquila!

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 20.01.2020

Optimização do processo de apreciação dos projectos e dos respectivos regimes

Em primeiro lugar, em representação da Associação dos Engenheiros de Macau, dou as boas-vindas à Eng.^a Chan Pou Ha, nomeada, há dias, como Directora dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT). Espero que a Eng.^a Chan consiga, face às exigências de mudanças e inovação reclamadas pelo Chefe do Executivo, e sob o desígnio de “sinergias e avanço”, trazer um novo cenário para a DSSOPT.

Face ao impacto da economia mundial, no quinto mandato do Governo vão ser lançados vários projectos de mega infra-estruturas destinados ao ajustamento e estabilização do desenvolvimento económico de Macau. Prevê-se o lançamento sucessivo de várias obras públicas, incluindo: as habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros e na Avenida Wai Long, as extensões do metro ligeiro na Taipa, a quinta ligação, a ETAR e os projectos de renovação urbana, entre outros projectos complementares públicos.

No entanto, apesar dos esforços envidados ao longo dos anos, a dificuldade e a lentidão na aprovação dos projectos continuam por resolver, face ao respectivo processo de apreciação e à legislação em vigor. De entre as leis e os regulamentos relacionados com a construção civil, o Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) é um diploma particularmente importante. O sector tem vindo a pedir, ao longo de vários anos, que seja feita uma revisão atempada para acompanhar a evolução dos tempos, mas nenhuma proposta foi ainda submetida à discussão da Assembleia Legislativa.

Assim, sugiro aos serviços competentes que acelerem a revisão do referido Regulamento e dos outros regimes desactualizados, e deixo aqui algumas sugestões para as alterações:

1. Revisão e aperfeiçoamento atempados da lei vigente:

Por exemplo, o Decreto-Lei n.º 79/85/M - Regulamento Geral da Construção Urbana

Quanto ao “Regime de vistoria dos edifícios”, sugiro a obrigatoriedade de vistorias aos edifícios e a definição das respectivas sanções. A “vistoria dos edifícios”, constante do referido Regulamento, ainda não foi revista, pois este não dispõe de normas vinculativas e sancionatórias. Assim, muitos edifícios estão em más condições e a situação não se resolve atempadamente, perturbando a vida da população.

Por outro lado, devido à lentidão da reconstrução dos edifícios dos bairros antigos, e ao facto de estes estarem em ruas estreitas, os problemas no combate a incêndios, e de iluminação e ventilação, podem ser resolvidos recorrendo a técnicas mais actuais, portanto, sugiro a revisão atempada das respectivas disposições legais e regulamentares.

Deve exigir-se, logo no pedido de reconstrução dos edifícios, a manutenção das fachadas, uma questão que na perspectiva dos proprietários não interessa, pois, as despesas de conservação são muito elevadas. O Regulamento em causa deve prever as condições favoráveis para a protecção dos edifícios com valor cultural, isentando ou diminuindo algumas despesas nos seus projectos de conservação, para os proprietários procederem à devida manutenção de livre vontade e, assim, se alcançar o objectivo da protecção dos edifícios com valor cultural.

2. Melhorar os procedimentos e as instruções de autorização de plantas:

As etapas da autorização de plantas estão interligadas, por isso, os serviços de obras públicas devem actualizar e clarificar, oportunamente, os critérios a aplicar. O novo texto de tradução, utilizado a título experimental no ano passado, contribuiu para minimizar as diferenças de interpretação, porém, não serviu para encurtar o tempo da autorização. Proponho, então, a simplificação de procedimentos, com vista a reduzir o volume de trabalho dos serviços responsáveis pela autorização.

3. Considerar a adjudicação do trabalho de autorização ao sector da engenharia para acelerar os trabalhos e elevar a eficácia:

Quanto à autorização das plantas de projectos mais simples, proponho que sejam as associações profissionais a assumi-la, para que as autoridades possam centralizar os recursos humanos na aceleração dos trabalhos e aumento da eficácia.

4. Tomar como referência a iniciativa do Governo de Hong Kong, que disponibilizou 1000 milhões para a criação do “*Construction Innovation and Technology Fund*”:

Há que prestar apoio financeiro ao sector para acelerar a aplicação da tecnologia, por exemplo, comprar desenhos ou software especializado da área da engenharia para formação do pessoal, no sentido de aumentar a qualidade do trabalho e impulsionar, global e paulatinamente, a autorização electrónica das plantas.

Por fim, entendo que os serviços de obras públicas devem reforçar a melhoria da concretização e implementação do referido Regulamento, definindo,

(Tradução)

de forma ordenada, a calendarização da revisão necessária, e entregando, quanto antes, a respectiva proposta de alteração à Assembleia Legislativa para apreciação, com vista a responder às exigências da sociedade e do sector da engenharia.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 20.01.2020

Fazer bem os trabalhos relacionados com as medidas da Grande Baía que beneficiam Macau

Após a reunião do Grupo de Líderes da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, realizada no ano passado, na véspera do 20.º aniversário do Retorno de Macau, o Governo Central divulgou 15 medidas em prol de Macau e de Hong Kong, as quais espelham bem os apoios e a consideração do País por nós.

Após o lançamento das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau pelo Conselho de Estado, as 9 cidades e as 2 regiões administrativas especiais promovem, em conjunto, a cooperação e o desenvolvimento, o que acelera o ritmo da fluidez de movimento dos elementos nessa zona. Após a tomada de posse, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, liderou, de imediato, os novos dirigentes do Governo numa visita a Cantão e a Zhuhai, concretizando plenamente o reforço da cooperação Guangdong-Macau, exigido pelo Presidente Xi Jinping, e implementando bem a instrução de Macau e Zhuhai colaborarem para a exploração de Hengqin. Tudo isto espelha a elevada importância dada pelo Governo da RAEM à cooperação e integração na Grande Baía, e demonstra o rumo a seguir para o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

Para Macau, devido à escassez de terrenos e pessoas e à falta de recursos, a Grande Baía vai ser, a longo prazo, o centro para o seu desenvolvimento e, em especial, para as actividades de inovação e empreendedorismo, com vista a procurar maiores oportunidades, o que é imperativo para Macau. A curto prazo, segundo as previsões gerais do sector académico, é necessária a cooperação com a Grande Baía para fazer face à pressão acrescida de decréscimo económico deste ano. Segundo soube, após o intercâmbio na Grande Baía, vários grupos concluíram que, apesar das várias políticas de apoio para o desenvolvimento e o empreendedorismo dos empresários de Macau na Grande Baía, há ainda, em relação aos pormenores do dia-a-dia, imensos inconvenientes devido à incerteza das medidas, os quais são obstáculos para os empresários se desenvolverem, com tranquilidade na Grande Baía.

As 15 medidas que o País divulgou abrangem facilidades destinadas aos residentes de Macau na Grande Baía, para aquisição de imóveis, acesso dos filhos a escolas, aperfeiçoamento da acreditação dos sectores profissionais e de serviços para a integração na Grande Baía, etc. Tudo isto é significativamente benéfico para o futuro desenvolvimento de Macau e o alívio da pressão de vida da população local. Sugiro aos serviços competentes que façam bem o seguinte: 1) agarrar bem nessa boa oportunidade para a educação do amor à Pátria e a Macau, sensibilizando profundamente para essas 15 medidas, a fim de fazer chegar a consideração da Pátria ao coração dos residentes; 2) reforçar a comunicação com

as cidades da Grande Baía, recorrendo a diversos meios, como a criação de grupos de trabalho conjuntos, para acelerar a implementação das medidas; 3) fazer um balanço e efectuar o seu acompanhamento, para definir mais e melhores medidas para a próxima fase, e apresentar novas ideias com base na experiência acumulada.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.01.2020

No processo do rápido crescimento económico de Macau, as pessoas de diferentes faixas etárias enfrentam diferentes pressões materiais e psicológicas, por exemplo, os estudantes. Em Outubro do ano passado, uma associação divulgou os resultados dum inquérito sobre o grau de felicidade e pressão dos estudantes de Macau, revelando que 5% dos estudantes do ensino secundário e superior apresentam sintomas de depressão moderada e grave; dos que apresentam sintomas de depressão moderada e muito grave, 15,1% são do ensino secundário, 13,6% do ensino superior; e dos que apresentam sintomas de stress moderado e muito grave, 1,7% são do ensino secundário e 0,6% do ensino superior. Esta situação não pode ser negligenciada. O Governo já afirmou que tem aumentado o número de crianças e adolescentes que procuram apoio no Hospital Conde S. Januário devido a problemas de saúde mental, pois as notas, as competições e as actividades extracurriculares acarretam stress. Assim, o Governo, os pais e a sociedade têm de prestar atenção a estas causas de stress.

Os adolescentes são pouco maduros, intelectual e psicologicamente, têm uma resiliência relativamente fraca, tendem a esconder os problemas emocionais, e não têm por hábito tomar a iniciativa de procurar apoio. O Governo já lançou uma série de medidas de prevenção e resolução, e vários centros de saúde dispõem de consulta externa de saúde mental, mas a situação actual demonstra que estas iniciativas não são suficientes.

Nos últimos anos, as autoridades têm prestado cada vez mais importância à saúde psíquica dos adolescentes e organizado sessões de partilha de conhecimentos sobre a matéria. Contudo, os cidadãos não têm meios para saber se os serviços competentes fizeram investigação aprofundada e minuciosa sobre o assunto. Mais, as associações civis também não têm recursos para investigações e estudos, de forma continuada, o que faz com que não haja uma solução para os problemas de saúde psíquica dos adolescentes.

As autoridades devem então reforçar a cooperação com as associações civis e o sector da educação, entre outros; proceder, de forma continuada, à respectiva fiscalização; estudar, analisar e dominar, atempadamente, as novas tendências em relação à saúde psíquica dos adolescentes; e conhecer as fontes da pressão que enfrentam, por forma a melhor definir as políticas e medidas, aliviando assim a pressão dos adolescentes. Mais, é também necessária uma revisão periódica dos efeitos das medidas e políticas definidas pelos serviços de educação, com vista a que as mesmas se adequem, consoante as gerações, às necessidades do desenvolvimento dos adolescentes.

Quando um estudante apresenta problemas psíquicos e psicológicos, a escola avança de imediato com sessões de aconselhamento e consulta

(Tradução)

psicológicos. As autoridades devem ajudar a escolar no reforço e aperfeiçoamento deste trabalho, assegurando assistentes sociais em número suficiente. Mais, há que reforçar a cooperação entre a escola e a família, incentivando os adolescentes a lidarem, correctamente, com a pressão e os problemas psicológicos e a pedirem ajuda, com vista a criar uma rede de segurança eficiente e com plena cobertura.

IAOD do Deputado de Au Kam San em 20.01.2020

Com a falta de calendário para concretizar a reconstrução dos bairros antigos, há que avançar com a construção de habitação para troca e habitação para alojamento temporário, a fim de evitar casos de ferimentos e mortes

O Governo manifestou, há 15 anos, o desejo de melhorar a qualidade de vida da população, e, para o efeito, ia aumentar os investimentos na educação para elevar a qualidade educativa, e impulsionar a reconstrução dos bairros antigos para melhorar o ambiente habitacional dos residentes. A concretização do primeiro objectivo teve lugar 3 anos depois dessa promessa, ou seja, a implementação de 15 anos de educação gratuita, do ensino infantil ao secundário complementar. Mas não há calendário para a reconstrução dos bairros antigos, e os governantes não pararam de fazer jogos de conceitos e palavras. Assim, a reconstrução dos bairros antigos passou a reordenamento dos bairros antigos e, depois, a renovação urbana. Como os conceitos são cada vez mais abstractos e vazios, é cada vez mais difícil pô-los em prática. Na realidade, desde a reconstrução dos bairros antigos à renovação urbana, o Governo não parou de criar conselhos e de convocar imensas reuniões, mas, após 15 anos, ainda não há uma lei sobre a reconstrução dos bairros antigos nem o devido plano.

Devido ao recente incidente do “Pearl Horizon” e à recuperação do lote P da Areia Preta, o Governo decidiu, afinal, aproveitar este terreno para construção de habitação para troca e habitação para alojamento temporário. Com esta iniciativa, pode ficar-se preparado para pôr em prática, no futuro, a reconstrução dos bairros antigos, que faz parte do plano da renovação urbana. Mais, pode aproveitar-se certas fracções de habitação para troca para responder às necessidades dos afectados pelo incidente do “Pearl Horizon”. Para o efeito, o Governo criou, à pressa, a “Macau Renovação Urbana, S.A.”, avançando um passo pequeno na matéria de reconstrução dos bairros antigos. Excepto isto, não se registaram outros progressos, inexistindo mesmo a calendarização para fazer a lei da reconstrução dos bairros antigos, que faz parte do plano da renovação urbana, o que implica a impossibilidade de pôr em prática a reconstrução dos bairros antigos a curto prazo.

Para o Governo, em particular, para os governantes, a reconstrução dos bairros antigos não é nada premente, por não se tratar de uma questão de responsabilidade, mas, sim, de “trabalho”. De facto, é adiável a assunção de responsabilidades, não havendo problema mesmo se for adiada por 10 anos. Só que os prédios antigos e degradados não podem aguardar mais, devido às brechas nas paredes e à queda de fragmentos de cimento do tecto. Os moradores idosos dos bairros antigos também não podem esperar mais, pois as suas deslocações estão limitadas pela falta de elevadores, o que põe em causa a sua saúde física e psicológica.

Os moradores dos bairros antigos são de opinião que os danos nos seus edifícios já afectam a estrutura, sendo uma ameaça para a sua vida e os seus bens. Caso se registre queda de betão, com ferimentos ou mortes, será demasiado tarde para se imputarem as devidas responsabilidades. Assim, sendo algo que põe em causa a vida e os bens das pessoas, esse trabalho deve ser feito quanto antes. O trabalho de reconstrução dos bairros antigos já se arrasta há muito e ninguém sabe quando é que se vai ver a luz do dia.

Assim, apelo ao Chefe do Executivo para que não se fique à espera da ocorrência de mortos e feridos, e que se tenha em conta o perigo iminente, acelerando o processo de reconstrução dos bairros antigos, em vez de se permitir que alguns dirigentes continuem a arrastar os trabalhos. Se a reconstrução dos bairros antigos se deparar com dificuldades ao nível técnico, decerto não será possível concluir o processo legislativo nem iniciar o respectivo plano num curto espaço de tempo. Sabemos que há prédios nos bairros antigos que já estão muito degradados, e isso é uma ameaça directa para a vida e os bens dos residentes, assim, sugiro, no lote P da Areia Preta, onde já se prevê um plano de construção de habitações para alojamento temporário e para troca, a construção de mais um edifício com este tipo de habitações, para os idosos que moram no Bairro Iao Hon, em San Kio, na Praia do Manduco e noutras zonas antigas, com perigo de deterioração do seu edifício e dificuldades na saúde e nas deslocações, poderem, sob apreciação da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e do Instituto de Acção Social, transferir as suas propriedades para o Governo, obtendo em troca uma habitação com a mesma área construída no lote P da Areia Preta. Caso alguns residentes pretendam regressar à sua habitação anterior, após a assinatura do compromisso de concordância com o plano de reconstrução dos bairros antigos, os mesmos podem ser dispensados do pagamento do arrendamento e utilizar as habitações temporárias, até que a sua esteja construída. É claro que esta utilização especial de habitação para troca e de alojamento temporário também é adequada para as pessoas ou famílias em situação idêntica em edifícios de outras zonas, desde que confirmada pelos serviços referidos. Com esse trabalho, é possível, pelo menos, evitar tragédias com mortos e feridos, devido a atrasos no projecto antes do início da reconstrução dos bairros antigos.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 20.01.2020

Esta é a melhor altura para legislar sobre a política de novos aterros urbanos para as gentes de Macau

O Governo Central autorizou a RAEM a avançar com 350 hectares de novos aterros, para dar resposta exclusiva às necessidades habitacionais dos residentes. Depois de vários debates, o ex-Chefe do Executivo acabou por abandonar a ideia errada de a política poder disputar terrenos com a habitação pública, e prometeu encarregar a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional de estudar a matéria. Interpelada várias vezes, a dita direcção respondeu às interpelações orais e escritas, adiantando que ia realizar um inquérito em Setembro do ano passado. Porém, de acordo com as informações divulgadas nas respostas, o inquérito não focou com precisão os estudos sobre a referida política, uma vez que as questões diziam respeito às “terras de Macau para as gentes de Macau”, em vez de às “terras de Macau para as gentes de Macau nos aterros novos”.

É de reiterar que esta última política visa concretizar o objectivo da autorização do Governo Central, nomeadamente dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes, e impõe uma separação oportuna entre investimento e habitação numa área que vai ter 20% das fracções de Macau, observando os princípios da economia livre referentes à propriedade privada e da plena compatibilidade com a construção de habitação pública. A discussão abstracta e genérica, dissociada do enquadramento espacial, isto é, os novos aterros urbanos, só vai complicar a questão, pois a política fica desfocada e presa a uma vaga especulação de vantagens e desvantagens, atrasando as acções governativas. O foco tem de ser na política em causa, para controlar melhor a oportunidade temporal e espacial da governação. Quanto ao aspecto temporal, é possível definir condições justas para restringir a aquisição de imóveis, sem prejudicar os direitos de propriedade privada adquiridos; e em termos espaciais, pode fazer-se do terreno que vai ter 20% das fracções de Macau uma zona de transição para a separação investimento-habitação, garantindo a continuação do investimento imobiliário nas outras zonas, e apoiando, ao mesmo tempo, enquanto mecanismo eficiente de longo prazo, os residentes, na aquisição de habitação.

Assim, exorto a referida direcção a avaliar os estudos adjudicados no ano passado, para ver se, nos estudos sobre a política em causa, foram definidos, como enquadramento espacial, os novos aterros, e divulgar os resultados com base neste enquadramento.

Exorto ainda o Governo a concretizar quanto antes a referida política, procedendo à consulta pública e legislando, enquanto ainda não foi concedido nenhum terreno para a construção de habitação privada nos novos aterros urbanos.

IAOD do Deputado de Zheng Anting em 20.01.2020

“O desenvolvimento é garantido por talentos, cuja formação decorre, por seu turno, do desenvolvimento”. A concretização da diversificação adequada da economia depende do apoio de quadros qualificados de diferentes especialidades e dos diversos sectores. Como, em Macau, a sua estrutura industrial é pouco diversificada e os seus recursos são limitados, a procura é então maior do que a oferta, quanto aos quadros de qualidade e com certa visão internacional. Assim, a “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados” tornou-se um dos meios importantes para atrair a vinda de quadros do exterior para construir, em conjunto, Macau, e elevar a nossa competitividade. Mas, segundo informações deste tipo de imigrantes, por causa da dificuldade de aguentar os preços elevados dos prédios em Macau, optaram por pernoitar em Zhuhai e vir, todos os dias, para trabalhar. As autoridades reconheceram este método e autorizaram os seus pedidos de residência. Mas, no decorrer da renovação, as autoridades indeferiram o pedido, visto que a permanência dos requerentes em Macau é inferior a 180 dias num ano, o que se traduz num dilema para esses requerentes.

De facto, na apreciação e autorização da “imigração de técnicos especializados”, a Administração teve em consideração os seguintes factores: se o requerente possui as habilitações académicas dos quadros qualificados que fazem falta em Macau, se desempenha um cargo profissional ou de gestão de particular interesse para Macau, se possui qualificação e experiência profissional, etc. Assim, a respectiva lei não regula o tempo de permanência em Macau para a “imigração de técnicos especializados”, e o IPIM também não utilizou o tempo de permanência em Macau como fundamento para a renovação da autorização de residência temporária para a “imigração de técnicos especializados”. Quanto ao requisito de permanência de 183 dias em Macau, destina-se apenas aos indivíduos que tenham requerido a autorização de residência para reunião familiar, não sendo aplicável aos requerentes da “imigração de técnicos especializados”.

Após a grande agitação da sociedade decorrente do caso revelado em 2018 de lacunas na apreciação pelo IPIM dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes e por fixação de residência dos técnicos especializados”, os serviços competentes podem elevar os critérios de apreciação ou suspender o processo de apreciação. Mas, mesmo que haja irregularidades no processo de apreciação desses pedidos, a sua origem reside na falta de legislação. Antes do aperfeiçoamento do respectivo regime jurídico, o Governo não deve indeferir, de forma radical, os pedidos de renovação. Caso contrário, vai ter de gastar recursos e esforços para lidar com um número cada vez maior de processos judiciais de “técnicos especializados”, e os requerentes de “imigração dos técnicos especializados” não vão conseguir viver e trabalhar legalmente em Macau, e até vão passar pela tragédia de ver a destruição da sua família, criando assim situações de dupla perda.

(Tradução)

Espero que o novo Governo proceda, quanto antes, à revisão do regime jurídico relativo à imigração, colmatando as lacunas, e ao aperfeiçoamento da respectiva legislação. Quanto ao grupo de imigrantes “técnicos especializados” afectado pelas lacunas da legislação, o Governo deve reunir-se com eles, para ouvir as suas exigências, e tratar de forma legal e razoável os seus pedidos de renovação.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 20.01.2020

Atendendo ao aquecimento global, o Governo deve definir, quanto antes, medidas de conservação energética e de redução do carbono

Nas vésperas do Ano Novo Lunar, de acordo com a experiência do passado, o tempo deve ser frio, mas acredito que todos sentem que este Inverno está a ser quente. Segundo as estatísticas, no ano de 2019, a temperatura média anual foi de 23,6 °C. Desde a criação da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG), em 1952 registou-se o ano mais quente de sempre, com apenas 12 dias de frio. Assim, ultimamente, é raro o uso de casacos ou de agasalhos, o que afecta a atmosfera festiva do Ano Novo Lunar e pode ser também um alerta de mudança climática a nível mundial.

Na realidade, Macau não está sozinha. De acordo com um relatório da ONU, do fim do ano passado, os 5 anos entre 2015 e 2019 foram os mais quentes desde que há registo, devido ao aumento contínuo da concentração de CO₂. Para manter o aumento da temperatura abaixo de 1,5 °C, objectivo definido no Protocolo de Paris, é preciso reduzir anualmente, até 2030, 7,6 por cento das emissões de gases com efeito de estufa. Mais, os incêndios na Austrália consumiram, desde Setembro, uma grande área de florestas, consideradas os pulmões da Terra, provocando danos imensuráveis no ecossistema. A quantidade de CO₂ resultante destes incêndios já representa metade da emissão anual daquele país. Assim, face a estes problemas de origem humana e natural, é premente todos os países diminuírem as emissões de carbono para travar as alterações climáticas. Macau também não pode ficar alheia, pois o impacto das alterações climáticas já se faz sentir nesta pequena região, e a redução de emissões e a poupança de energia têm de estar na nossa agenda.

Há dois anos, interpelei o Governo sobre as medidas a adoptar para reduzir as emissões de carbono e conservar energia. Segundo a resposta das autoridades, para cumprir as obrigações da “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas”, o Governo definiu uma meta de redução entre 40 a 45 por cento, em 2020, de emissões de carbono, em comparação com a de 2005. Mas quanto é que falta para alcançar essa meta? Qual é o ponto de situação da redução de emissões? O Governo tem de prestar esclarecimentos em pormenor. De acordo com o recente relatório sobre o estado do ambiente de 2018, a produção de energia eléctrica aumentou 60 por cento em 2017, com um aumento de 11,4 por cento das emissões de gases de efeito de estufa, incluindo o CO₂. Como se pode ver no gráfico, as emissões de CO₂ têm aumentado de ano para ano desde 2012, sem tendência para diminuir, por isso, é urgente o trabalho do governo para a sua redução.

A produção de electricidade com consumo de energia eléctrica e o volume de carbono emitido estão relacionados; e a protecção ambiental e a conservação de

energia são fundamentais. Segundo o “Relatório do Estado do Ambiente de 2018”, 80 por cento do consumo total de energia local concentra-se nos serviços públicos, lojas, restaurantes, hotéis, etc. Os serviços públicos devem dar o exemplo, e orientar e regulamentar as empresas de maior dimensão e as concessionárias do jogo com condições, etc., para instalarem equipamentos ecológicos e realizarem trabalhos para conservar energia e reduzir emissões.

Aumentar a área verde é também uma forma de absorver o carbono e de reduzir a temperatura. No “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020”, determina-se que até 2020, ora, este ano, a taxa de área verde tem de atingir 45 por cento, contudo, os respectivos dados não são actualizados desde 2010, quando a taxa era de 41,7 por cento. Assim, não conseguimos saber se os trabalhos de arborização atingiram os resultados previstos. Dada a ligeira descida da área verde *per capita* todos os anos, espero que o Governo defina padrões mais claros ao nível da arborização.

Claro que, para além dos trabalhos referidos, há ainda muitos meios de redução do carbono e de conservação de energia, nomeadamente, a redução do consumo de carne vermelha, o consumo de mais legumes, o uso de transportes públicos e até mesmo a deslocação a pé. Quanto ao fornecimento da energia eléctrica, a longo prazo, é necessário aumentar o peso das energias de baixo carbono, limpas e renováveis. O Governo deve dar início a esses trabalhos, traçar um planeamento de longo prazo, e definir várias metas e medidas de curto, médio e longo prazos, e depois concretizá-las.

Num futuro próximo, para além das alterações climáticas, a humanidade enfrenta uma série de crises: crescimento demográfico continuado, vários tipos de catástrofes naturais, perda de qualidade dos recursos hídricos e de solos, aumento descontrolado de resíduos e falta de capacidade de tratamento, desaparecimento progressivo da biodiversidade e ameaça do ecossistema. Estes problemas, na sua maioria, relacionam-se com a convivência entre os humanos e o meio ambiente. 2020 está apenas a começar e é o início do novo mandato do Governo, por isso espero que se mantenha alerta, criando um bom ambiente de vida para a nossa próxima geração, e envidando todos os esforços para manter o desenvolvimento local e mundial sustentável. Por fim, nesta quadra do Ano Novo Lunar, desejo a todos os sectores de Macau progresso, prosperidade e saúde.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 20.01.2020

Manter e aprofundar a amizade, conseguida com muito esforço, entre Macau e Taiwan

No dia 11 de Janeiro, tiveram lugar as eleições presidenciais e legislativas em Taiwan, e independentemente dos resultados, serviram, mais uma vez, de exemplo de democracia numa sociedade de pessoas de etnia chinesa, inspirando outras desta etnia.

A procura da democracia não é obscura, é sim uma característica inata, pois todos querem uma sociedade onde haja diversidade, inclusão e direito de escolha, que lhes permita, com base na civilização e progresso, escolher a maneira de viver preferida e assumir, naturalmente, a plena responsabilidade pelas suas opções.

A eleição directa por sufrágio universal espelha os valores políticos governo do povo e participação conjunta na governação. O aprofundar contínuo da democratização promove a presença dos assuntos políticos e públicos no dia-a-dia da população, deixando-a sentir a importância de prestar atenção à política, pois, de acordo com Platão, na obra “A República”, “o maior castigo consiste em ser governado por alguém ainda pior do que nós, quando não queremos ser nós a governar.”

Ao mesmo tempo, as sociedades mais democráticas demonstram que o sufrágio universal não é panaceia, pois não acaba com a ganância e a corrupção das pessoas, mas não deixa de ser o acesso à democratização que aumenta a probabilidade de o povo partilhar os poderes de forma mais igual, no sentido de denunciar, controlar, punir e prevenir a corrupção. Assim, numa sociedade democrática, já não é de todo surpreendente o líder supremo cessar funções, até mesmo ser preso e substituído por outro mais competente.

As eleições de Taiwan já terminaram, e os conflitos sociais, mais uma vez, foram pacífica e racionalmente suavizados, e o sol voltou a brilhar no dia seguinte, como habitual. Porém, ninguém pode negar nem esquivar-se do facto de muitas divergências políticas continuarem sem saída, sobretudo no que respeita aos dois lados do Estreito de Taiwan. Apesar de estarmos em Macau, também podemos reflectir, perante a elevada pressão política, sobre como continuar a aprofundar a relação de amizade e respeito mútuo que Macau e Taiwan têm mantido, nomeadamente a cooperação e o intercâmbio, que contribuem para o bem-estar dos seus povos.

Na minha opinião, reforçar, de forma contínua, a relação Macau-Taiwan é uma parte importante da promoção do desenvolvimento pacífico entre os dois

lados. Na realidade, devido às raízes e bases históricas profundas, já é longa a colaboração entre Macau e Taiwan nas vertentes da economia, comércio, educação, emprego, cultura e artes, turismo, saúde, segurança e justiça.

Nos anos 50 do século passado, já havia estudantes de Hong Kong e de Macau nas universidades de Taiwan, e neste momento, mais de 4600 estudantes de Macau frequentam instituições de ensino superior em Taiwan, ocupando sempre os primeiros dez lugares do ranking dos estudantes estrangeiros. São mais de dez mil os profissionais, espalhados pelos diversos sectores de actividade, formados no sistema de ensino superior de Taiwan.

Na década de 90, devido à recessão económica e à elevada taxa de desemprego, muitos residentes foram trabalhar para Taiwan. Com a entrada em funcionamento do Aeroporto Internacional de Macau em 1995, o sector da aviação civil criou voos directos entre as duas regiões, acabando assim, indirectamente, com a impossibilidade de voos directos entre os dois lados. Este “entreposto” contribuiu, na altura, para uma nova imagem de Macau aos olhos dos taiwaneses.

Após o estabelecimento da RAEM, as relações entre Macau e Taiwan progrediram. Em 2011, ambas as partes criaram oficialmente as suas delegações económicas e culturais e, em 2015, assinaram o “Acordo entre Macau e Taiwan para Evitar a Dupla Tributação das Empresas de Transporte Aéreo”, o qual constitui uma garantia regimental de longo prazo para a manutenção do ambiente estável de negócios da indústria da aviação de Macau e de Taiwan. Nos últimos anos, o número de voos entre as duas regiões tem aumentado, sendo Taiwan um dos destinos turísticos de curta distância mais procurados pelos residentes de Macau. Em 2018, mais de 140 mil residentes visitaram a ilha Formosa, mais 4 vezes do que em 1999, e Macau recebeu mais de 1,06 milhões de visitantes de Taiwan, que é o terceiro maior mercado de visitantes.

As divergências políticas entre os dois lados ainda não foram superadas, mas, para maximizar o bem-estar das suas populações e tendo em conta as relações entre Macau e Taiwan, existem bases e condições para Macau desempenhar um papel mais proactivo. Espero que o novo Governo continue a agir com a maior boa-fé, a dar continuidade às acções governativas do último governo, e a reforçar as funções da Delegação de Macau em Taiwan, promovendo, em conjunto, a prevenção e o combate à criminalidade, mantendo os mecanismos de comunicação directa e eficaz e apoiando, ao mesmo tempo, os intercâmbios não governamentais nas áreas da educação, comércio, turismo, cultura, saúde, etc., com vista a valorizar e a manter a já longa relação de amizade entre Macau e Taiwan.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 20.01.2020

Algumas perspectivas sobre a situação macroeconómica e o impulsionamento da diversificação adequada das indústrias

Na cerimónia do 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria e da tomada de posse do 5.º Governo da RAEM, o Presidente Xi Jinping expressou os seus desejos e referiu claramente, no seu discurso, que Macau deve articular-se, activamente, com a estratégia nacional, aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía, optar pelo rumo correcto e reunir forças para se desenvolver, com vista à diversificação adequada da economia. O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, referiu os três objectivos principais do seu mandato para os próximos cinco anos, sendo um deles a promoção da integração na Grande Baía e a diversificação da economia.

Em relação a este último objectivo, partilho as minhas perspectivas, que são as seguintes:

Em primeiro lugar, a garantia da estabilidade da economia global de Macau é um pressuposto básico para a elaboração da política económica. Sob a influência de factores incertos, a macroeconomia pode sofrer depressão, mas a China e os Estados Unidos assinaram a primeira fase do acordo comercial na semana passada, por isso, o atrito vai ser temporariamente atenuado. Segundo comentários e análises, a assinatura do acordo contribui para impedir a queda económica ou até a recessão, mas prevê-se que as incertezas se mantenham. No próximo ano, o ritmo do crescimento macroeconómico do Interior da China deverá manter-se estável, tal como em 2019. A economia da zona euro vai continuar a abrandar e a situação na vizinha Hong Kong vai acalmar, mas tudo isto leva tempo. O novo tipo de coronavírus na cidade de Wuhan está a influenciar a economia de Macau, portanto, a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) prevê, para este ano, uma redução de 3% no número de visitantes e de 3,7% na macroeconomia de Macau. Perante isto, é necessário prestar atenção à pressão decorrente das mudanças do ambiente externo e prepararmo-nos melhor ao nível da prevenção para fazer face às contingências, deve ser particularmente salvaguardada a comunicação e cooperação atempada, sem obstáculos e eficaz entre o Governo e os sectores, a fim de manter o desenvolvimento saudável das indústrias principais.

Segundo, é crucial a promoção das indústrias tradicionais e o desenvolvimento das indústrias emergentes. Em relação às convenções e exposições, ao sector financeiro, à medicina tradicional chinesa e à inovação científica e tecnológica, deve ser reforçado o desenvolvimento das indústrias tradicionais e emergentes dessas áreas, para que o trabalho nesse âmbito possa servir ao Estado e à Grande Baía, numa visão mais ampla e aberta. É necessário aproveitar bem todas as políticas do Governo Central favoráveis ao desenvolvimento de Macau, explorando e desenvolvendo plenamente as vantagens e as potencialidades das diversas indústrias de Macau nos mercados local e da

Grande Baía, e até no mundo. Há que reforçar a introdução e a formação dessas indústrias em Macau, e a sua extensão para outras regiões, promovendo deste modo a formação de uma estrutura industrial diversificada.

Em terceiro lugar, a cooperação profunda entre Macau e Hengqin é um caminho inevitável. A cooperação entre Macau e Hengqin deve dar um grande passo para se alcançar a eficácia. O Governo da RAEM deve coordenar e liderar de forma abrangente, com vista ao reforço da cooperação entre os serviços públicos dos dois territórios; deve resolver com prioridade a articulação dos regimes legais e das infra-estruturas de transportes; e esforçar-se pela optimização do ambiente de negócios através de medidas complementares. É necessário aumentar as instalações físicas, a cooperação entre os quadros qualificados e a transformação dos resultados obtidos, para a concretização do objectivo da negociação conjunta, construção conjunta, administração conjunta, e partilha dos objectivos de cooperação, dando um novo impulso à diversificação adequada da economia de Macau e à abertura de novos espaços.

Estou convicto de que com o forte apoio do País, com a liderança e a coordenação do novo Governo da RAEM, e ainda contando com a colaboração de todos os sectores da sociedade de Macau, podemos manter uma atitude positiva, inovadora e pragmática, com vista a impulsionar, em conjunto, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e a alcançar novos avanços!

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 20.01.2020

Os dados divulgados pelo Governo deixaram os cidadãos e os sectores sem saberem o que fazer

A criação de vales de saúde para apoiar os médicos do sector privado é uma medida necessária, e o Programa de participação nos cuidados de saúde foi já implementado há dez anos. A revisão do programa, pedida pela população, é igualmente necessária. Seguindo as linhas orientadoras da governação científica do Governo, e para que este programa de apoio seja mais preciso, é muito razoável proceder à recolha de informações completas sobre a utilização de tais vales junto dos serviços competentes, para análise e avaliação. Em resposta à minha interpelação oral, no final de Novembro do ano passado, os Serviços de Saúde afirmaram que, com base nos valores de liquidação do Programa de participação nos cuidados de saúde, os profissionais de saúde receberam, numa média anual, cerca de 160 mil patacas. Mas, em menos de dois meses, os Serviços de Saúde, na sua resposta à minha segunda interpelação oral do princípio deste mês, alteraram os dados, referindo que, com base no resultado de liquidação do referido programa, o valor médio recebido por cada profissional médico aderente era de 230 mil patacas, o que muito me surpreendeu. Pelo facto de ser a mesma autoridade envolvida, de os valores submetidos a liquidação serem os mesmos e de o resultado ser tão diferente, para além da surpresa da população, os profissionais do sector sentem uma certa injustiça. Ora, o mais importante é que a credibilidade do Governo vai ser afectada.

Após a informatização dos vales de saúde, em Maio de 2018, as anteriores irregularidades e violações deontológicas foram rectificadas, pelo facto de o Governo poder saber, claramente e a qualquer momento, quantos vales de saúde electrónicos é que o médico está a receber, e o local da consulta, o tempo, o diagnóstico e o valor dos vales a receber pelo médico. Este sistema informático permite saber claramente quanto é que o médico recebe pelos vales de saúde num dia, numa semana, num mês e num ano, por isso, as infracções relacionadas com o uso de vales de saúde por pessoas mortas deixaram de existir. Mas é de lamentar que os média ainda não tenham compreendido este método de funcionamento, por isso, ultimamente, têm apelado ao Governo para reforçar a fiscalização, combater o aumento das consultas devido ao uso dos vales, o trocar destes vales por dinheiro e a utilização destes para compras, bem como suspeitam de que estas infracções sejam apenas a ponta do icebergue e que estes actos ilegais sejam comuns nas instituições médicas privadas. Não deverá o Governo reforçar a comunicação com os média sobre esta matéria? Não será que os Serviços de Saúde têm a responsabilidade e o dever de esclarecer estas dúvidas dos média? Porque é que a maior parte dos profissionais de saúde do sector privado, que são cumpridores da lei e defendem a saúde dos residentes, não foram elogiados e, pelo contrário, toda a imagem do

sistema de saúde privado foi afectada devido a uma minoria de “ovelhas negras” que praticam estes actos ilegais? Será isto benéfico para o desenvolvimento global do sistema de saúde de Macau? Isso vai contribuir para a construção de uma sociedade harmoniosa?

Creio absolutamente que os dados da resposta do Governo à primeira interpelação oral são razoáveis, ou seja, “segundo o valor liquidado, em 2018, relativamente ao âmbito do programa de comparticipação nos cuidados de saúde, recebeu, em média, cada um dos profissionais de saúde cerca de 160 mil patacas”, mas nós não vamos insistir se foram 160 mil ou 230 mil patacas, esperando apenas que o Governo nos apresente com precisão os seguintes dados relativos ao ano de aplicação dos vales de saúde electrónicos, de 1 de Maio de 2018 a 30 de Abril de 2019:

1. Qual o número de profissionais de saúde que aderiram ao programa de comparticipação?
2. Qual a percentagem dos que têm um rendimento anual superior a 160 mil patacas?
3. Qual a percentagem dos que têm um rendimento anual inferior a 160 mil patacas e com idade inferior a 40 anos?

Se as estatísticas mostrarem que mais de 70 por cento têm um rendimento anual inferior a 160 mil patacas, e que mais de 90 por cento com menos de 40 anos têm um rendimento anual inferior a 160 mil patacas, não terão o Governo e o respectivo sector de rever atempadamente as actuais deficiências existentes na área da saúde privada? Não terão de prestar mais atenção e apoio aos jovens profissionais de saúde do sector privado? Por entender que os profissionais de saúde que retornaram a Macau, depois de concluído o curso, são todos construtores e apoiantes do desenvolvimento sustentável do sector da saúde de Macau, deve o Governo ter uma visão mais proactiva e uma atitude dinâmica para guiar os profissionais de saúde para um caminho mais brilhante, elevando o nível global dos serviços de saúde, nomeadamente, os prestados pelos sectores público e privado, e de organizações com fins não lucrativos.